



Assunto	Projeto de Lei do Distribuidor		
Projeto de Lei	PL Nº 7.477/2014	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=613754
Autor (es)	Dep. Antônio Balhmann - PROS/CE	Relator	Dep. Cabo Sabino - PR/CE (CDC)
Conteúdo	Dispõe sobre a relação de revenda e distribuição entre fornecedores e distribuidores de produtos industrializados e dá outras providências.		
Situação	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).		
Data do último andamento	11/06/2018		
Último andamento	Parecer do Relator, Dep. Cabo Sabino (AVANTE-CE), pela rejeição da projeto alegando que a padronização dos preços combinada com a titularidade das carteiras por parte dos distribuidores gerará oligopólio ou até monopólio na venda de determinados produtos prejudicando o consumidor.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Projeto de lei de iniciativa da entidade com o objetivo de regulamentar a relação contratual de revenda e distribuição entre fornecedores e distribuidores ainda sem legislação específica.		



Assunto	Novo Código Comercial		
Projeto de Lei	PL Nº 1.572/2011	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=508884&ord=0#InkSecaoTramitac
Autor (es)	Dep. Vicente Cândido - PT/SP	Relator	Dep. Paes Landim - PTB/PI
Conteúdo	Institui o Novo Código Comercial.		
Situação	Comissão em funcionamento; Aguardando Deliberação na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1572, de 2011, do Sr. Vicente Candido, que "institui o Código Comercial"		
Data do último andamento	05/06/2018		
Último andamento	Apresentação do Voto em Separado do Deputado Alessandro Molon - PSB/RJ rejeitando o Projeto de lei justificando que a Instituição de um Código Comercial não é a medida adequada para o Brasil, sendo mais proveitoso a adoção de uma nova legislação sobre as sociedades limitadas.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input checked="" type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Remeter a regulamentação do contrato de distribuição para legislação específica (Projeto de Lei 7.477/2014).		



Assunto	Lei de introdução às obrigações mercantis		
Projeto de Lei	PL Nº 9.324/2017	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2166025
Autor (es)	Rogério Peninha Mendonça - PMDB/SC	Relator	Dep. Lucas Vergilio - SD/GO
Conteúdo	Lei de introdução às obrigações mercantis.		
Situação	Pronta para Pauta na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)		
Data do último andamento	13/06/2018		
Último andamento	Retirado de pauta a requerimento do Deputado Herculano Passos - MDB/SP.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Favorável pela regulamentação das obrigações mercantis para beneficiar tanto setor atacadista como os comerciantes em geral.		



Assunto	Duplicata eletrônica		
Projeto de Lei	PL Nº 9.327/2017	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2166092
Autor (es)	Dep. Júlio Lopes - PP/RJ	Relator	Dep. Daniel Almeida - PCdoB/BA
Conteúdo	Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escrita		
Situação	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal		
Data do último andamento	07/06/2018		
Último andamento	O Projeto de Lei foi encaminhado ao Senado Federal através de Ofício.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Projeto de lei ajudará na redução de fraudes e facilitará a transição dos títulos de dívidas que circulam entre empresas - Duplicatas, abrindo a porta para a concorrência entre bancos (compradores finais dessas duplicatas) o que ajudaria a baixar os juros.		



Assunto	Recuperação Judicial e Extrajudicial		
Projeto de Lei	PL Nº 6.229/2005	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=307272
Autor (es)	Dep. Medeiros - PL/SP	Relator	Dep. Alfredo Kaefer - PSL/PR
Conteúdo	Altera o § 7º do art. 6º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", para submeter todos os créditos tributários à recuperação judicial.		
Situação	Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa; Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa		
Data do último andamento	12/06/2018		
Último andamento	Apense-se o Projeto de Lei n. 6.150/2016 ao Projeto de Lei n. 6.229/2005, Em virtude desta apensação, redistribua-se o Projeto de Lei n.6.229/2005 à Comissão de Seguridade Social e Família		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Favorável ao projeto de lei, tendo em vista que a suspensão do crédito tributário dá folego à empresa em recuperação judicial, na medida em que, ao invés de quitar o fisco, pode renegociar seus contratos, bem como pagamento de salários aos seus funcionários para que possa manter suas atividades durante este período.		



Assunto	MIP - Medicamento isento de prescrição médica		
Projeto de Lei	PL Nº 1.324/1995	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16570
Autor (es)	Dep. Odelmo Leão - PPB/MG	Relator	Dep. Arnaldo Faria da Sá - PTB/SP - CSSF
Conteúdo	Permite a venda de medicamentos específicos em supermercados, armazéns, bares e estabelecimentos assemelhados.		
Situação	PL nº 1324/1995 foi apensado ao PL nº 576/1995 que, por sua vez, foi apensado ao PL nº 4.398/1998.		
Data do último andamento	28/07/2008		
Último andamento	Foi encaminhada à Comissão de Defesa Consumidor os PLs n.ºs 4398/98		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar a venda dos medicamentos em outros estabelecimentos que não as farmácias e drogarias para garantir mais pontos de venda, preços mais baixos e maior acessibilidade.		

Assunto	MIP - Medicamento isento de prescrição médica		
Projeto de Lei	PL Nº 4.398/1998	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20859
Autor (es)	Senador Julio Campos - PFL/MT	Relator	Dep. Arnaldo Faria da Sá - PTB/SP - CSSF
Conteúdo	Altera a Lei nº 6.360/1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências.		
Situação	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).		
Data do último andamento	06/06/2018		
Último andamento	Apresentação do Requerimento feito pelo Dep. Juscelino Filho- DEM/MA que "Requer reconstituição dos autos de proposições em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família". A fim de dar continuidade ao trâmite legislativo.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar a venda dos medicamentos em outros estabelecimentos que não as farmácias e drogarias para garantir mais pontos de venda, preços mais baixos e maior acessibilidade.		



Assunto	Penhora on-line		
Projeto de Lei	PL Nº 4.152/2008	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=413101
Autor (es)	Dep. Laércio Oliveira - PSDB / SE	Relator	Dep. Marcos Rogério - DEM/RO
Conteúdo	Revoga integralmente a Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, que instituiu a modalidade de penhora por meio eletrônico.		
Situação	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)		
Data do último andamento	13/06/2018		
Último andamento	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar o projeto para extinguir a penhora on-line em razão da sua utilização de maneira indiscriminada e com excessos.		



Assunto	Terceirização		
Projeto de Lei	PL Nº 4.330/2004	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841
Autor (es)	Dep. Sandro Mabel - PMDB/ GO	Relator	Dep. Arthur Oliveira Maia - SD/BA
Conteúdo	Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes.		
Situação	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.		
Data do último andamento	27/04/2015		
Último andamento	Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 140/2015/PS-GSE e transformado no Projeto de Lei do Senado nº 30/2015		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Evitar a caracterização de vínculo empregatício entre a tomadora de serviços e os trabalhadores contratados pela prestadora ou seus sócios. A terceirização está sendo utilizada por empresas supermercadistas como estratégia de gestão, como opção de modernização e posicionamento competitivo e como forma de adequação às necessidades do mercado.		



Assunto	Terceirização		
Projeto de Lei	PLS Nº 30/2015	Link	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120928
Autor (es)	Dep. Sandro Mabel - PMDB/GO	Relator	Sen. Ricardo Ferraço - PSB/ES
Conteúdo	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.		
Situação	Aguardando designação do relator		
Data do último andamento	19/06/2018		
Último andamento	Matéria aguardando distribuição.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Evitar a caracterização de vínculo empregatício entre a tomadora de serviços e os trabalhadores contratados pela prestadora ou seus sócios. A terceirização está sendo utilizada por empresas supermercadistas como estratégia de gestão, como opção de modernização e posicionamento competitivo e como forma de adequação às necessidades do mercado.		



Assunto	Terceirização		
Projeto de Lei	PLS Nº 300/2015	Link	http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121328
Autor (es)	Senador Marcelo Crivella - PRB/RJ	Relator	Senador Paulo Paim - PT/RS - CCJ
Conteúdo	Dispõe sobre os contratos de terceirização de mão de obra e as relações de trabalho deles decorrentes.		
Situação	Matéria com a relatoria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)		
Data do último andamento	23/09/2015		
Último andamento	Matéria com a Relatoria		
Objetivo	<input type="checkbox"/> Aprovar <input checked="" type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Rejeitar, pois limita a terceirização de qualquer atividade da empresa contratante. Vai na contramão do PL nº 4330/2004.		



Assunto	Ressarcimento para motoristas e cobradores		
Projeto de Lei	PL Nº 1.134/2007	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352465
Autor (es)	Domingos Dutra - PT/MA	Relator	
Conteúdo	Dispõe sobre a proibição de descontos na remuneração dos trabalhadores em transporte coletivo de passageiros e em transporte de cargas.		
Situação	Apensado ao PL 1800/1999 que, por sua vez, foi apensado ao PL 2930/2008.		
Data do último andamento	09/10/2013		
Último andamento	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) . Apense-se a este(a) o(a) PL nº 6458/2013, que foi apensado ao PL nº 2930/2008.		
Objetivo	<input type="checkbox"/> Aprovar <input checked="" type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Rejeitar projeto de lei que prevê a proibição de desconto, nos salários, de valores relativos a danos nos veículos, com acidentes, furto ou roubo.		



Assunto	Ressarcimento para motoristas e cobradores		
Projeto de Lei	PL Nº 2.930/2008	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2930
Autor (es)	Senador César Borges - PR/BA	Relator	Dep. José Roberto Arruda - DEM/ DF - CCP
Conteúdo	Proíbe o desconto nos salários dos empregados de valores recebidos por meio de cheque sem fundos, cartão de crédito furtado ou roubado e furto ou roubo ao estabelecimento registrado em boletim de ocorrência policial.		
Situação	Pronta para Pauta no Plenário.		
Data do último andamento	21/08/2015		
Último andamento	Apense-se a este(a) o(a) PL nº 2621/2015.		
Objetivo	<input type="checkbox"/> Aprovar <input checked="" type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Rejeitar projeto de lei que prevê a proibição de desconto , nos salários , de valores relativos a danos nos veículos, com acidentes, furto ou roubo.		



Assunto	Promotor de Venda e Demonstrador de Mercadoria		
Projeto de Lei	PL Nº 5.451/2009	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=5451
Autor (es)	SUG 128/2009 CLP	Relator	Dep. Guilherme Campos - DEM/SP
Conteúdo	Regulamenta as profissões de Promotor de Vendas e de Demonstrador de Mercadorias.		
Situação	Pronta para pauta no Plenário.		
Data do último andamento	01/12/2015		
Último andamento	Apresentação do Requerimento de Urgência para tramitação do referido Projeto de Lei.		
Objetivo	<input type="checkbox"/> Aprovar <input checked="" type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Rejeitar, por se tratar de atividades que não oferecem riscos à sociedade e podem ser exercidas por qualquer pessoa com treinamento adequado. A regra criaria condições para que o sindicato exercesse o controle das atividades.		



Assunto	Despedida arbitrária ou sem justa causa		
Projeto de Lei	PLP Nº 127/2015	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1579182
Autor (es)	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Relator	
Conteúdo	Dispõe sobre a proteção do emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa.		
Situação	Apensado ao PLP 33/1988.		
Data do último andamento	10/08/2015		
Último andamento	Encaminhada à publicação o despacho que solicita a apensação com o PLP nº 33/1988		
Objetivo	<input type="checkbox"/> Aprovar <input checked="" type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Rejeitar a proposta, pois irá aumentar os custos para a despedida de empregados sem justa causa.		



Assunto	Despedida arbitrária ou sem justa causa		
Projeto de Lei	PLP Nº 33/1998	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21356&ord=0#lnkSecaoTramitaca
Autor (es)	Dep. Paulo Paim - PT/RS	Relator	Dep. Jovair Arantes - PTB/GO
Conteúdo	Dispõe sobre a proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa do trabalhador e, dá outras providências.		
Situação	Pronta para pauta no Plenário.		
Data do último andamento	04/08/2015		
Último andamento	Apense-se a este(a) o(a) PLP nº 127/2015.		
Objetivo	<input type="checkbox"/> Aprovar <input checked="" type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Rejeitar a proposta, pois irá aumentar os custos para a despedida de empregados sem justa causa.		



Assunto	Contrato de Trabalho da Terceira Idade		
Projeto de Lei	PL Nº 688/1999	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15743&ord=0#lnkSecaoTramitaca
Autor (es)	Dep. Freire Júnior - PMDB/TO	Relator	Dep. Lincoln Portela - PR/MG
Conteúdo	Dispõe sobre o Contrato de Trabalho da Terceira Idade.		
Situação	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)		
Data do último andamento	22/05/2018		
Último andamento	Devolvido ao Relator, Dep. Lincoln Portela (PR-MG), para reexame.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar o projeto porque irá diminuir os custos para contratação de empregados acima de 50 anos de idade, pois não incidirá em seus salários as contribuições previdenciárias, todavia, o período trabalhado não será contabilizado para aposentadoria.		



Assunto	Custeio de educação superior aos empregados		
Projeto de Lei	PL Nº 1.476/2007	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=358116
Autor (es)	Senador Sérgio Zambiasi - PTB/RS	Relator	
Conteúdo	Altera o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o Regime Geral de Previdência Social.		
Situação	Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa.		
Data do último andamento	04/10/2017		
Último andamento	O Deputado Mário Heringer - PDT/MG apresentou Requerimento para Constituição de Comissão Especial para redigir parecer sobre o Projeto de Lei.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar proposta, uma vez que o custeio da educação superior do empregado não sofrerá os recolhimentos previdenciários e fiscais de seu salário contribuição. A proposta não obriga o empregador a conceder o benefício aos empregados.		



Assunto	Dispensa de depósito recursal para micro e pequenas empresas		
Projeto de Lei	PLP Nº 348/2013	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=598808
Autor (es)	Dep. Laercio Oliveira - SDD/SE	Relator	Dep. Antonio Balhmann - PROS/CE
Conteúdo	Dispensa as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal em processos trabalhistas.		
Situação	Pronta para Pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).		
Data do último andamento	16/08/2017		
Último andamento	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Retirado de pauta a requerimento do Deputado Assis Melo - PCdoB /RS.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar porque permite às pequenas e médias empresas o amplo direito à defesa eximindo-a do alto custo de depósitos recursais.		



Assunto	Contrato de trabalho temporário		
Projeto de Lei	PDC Nº 1.615/2014	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=816482
Autor (es)	Dep. Laercio Oliveira - SDD/SE	Relator	Dep. Gorete Pereira - PR/CE
Conteúdo	Susta a Instrução Normativa SIT nº 114, de 5 de novembro de 2014, e a Instrução Normativa nº 18, de 7 de novembro de 2014, ambas editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.		
Situação	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).		
Data do último andamento	27/10/2015		
Último andamento	Designada Relatora, Dep. Gorete Pereira - PR/CE.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar a proposta a fim de diminuir os trâmites burocráticos e permitir o maior número de contratações de temporários, pois susta as restrições impostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.		



Assunto	Programas de participação nos lucros e resultados		
Projeto de Lei	PL Nº 3.016/2015	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1733140
Autor (es)	Dep. Laercio Oliveira - SD/SE	Relator	Dep. Augusto Coutinho - SD/PE
Conteúdo	Altera a norma referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados, para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais.		
Situação	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)		
Data do último andamento	18/04/2017		
Último andamento	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CCP) que aprova o referido Projeto de Lei.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar a proposta para esclarecer, expressamente, como será a participação sindical na implementação de Programas de Participação de Lucros e Resultados quando a empresa possuir diversas atividades ou estiver estabelecida em diversos municípios e Estados.		



Assunto	Representantes Comerciais Autônomos		
Projeto de Lei	PLS Nº 462/2016	Link	http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127786
Autor (es)	Senador Deca - PSDB/PB	Relator	
Conteúdo	Altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, para atualizar as normas que regulamentam a profissão.		
Situação	Aguardando providências		
Data do último andamento	08/02/2018		
Último andamento	A tramitação da presente matéria fica suspensa na Comissão de Assuntos Sociais aguardando as conclusões da consulta formulada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania "acerca dos limites constitucionais, legais e do processo legislativo na apreciação de proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a regulamentação de profissões ou de atividades ocupacionais"		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	O projeto de lei apresentado pelo Senador Deca visa atualizar a regulamentação das atividades dos representantes comerciais autônomos, para tornar mais previsíveis e transparentes as expectativas recíprocas das partes envolvidas na transação, contribuindo para o aumento da segurança jurídica e da eficiência econômica.		



Assunto	Representação Comercial - Reenquadramento no SIMPLES NACIONAL		
Projeto de Lei	PLS Nº 05/2015	Link	http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119590
Autor (es)	Senador Paulo Paim PT/ RS	Relator	Senador Romero Jucá - PMDB/RR
Conteúdo	Propõe alteração no enquadramento no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) das atividades de prestação de serviço de representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros.		
Situação	Aguardando leitura de requerimento		
Data do último andamento	29/05/2018		
Último andamento	Aguardando leitura de requerimento, do Senador José Pimentel, pela tramitação conjunta dos PLS nºs 195/2010; PLS 63/2011 ; 5, 253, 295, 296, e 542/2015 - Complementares; com o PLC nº 113/2015 - Complementar, que se dará quando todas as matérias referidas forem votadas.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar o reenquadramento da empresa prestadora de serviços de representação comercial no Anexo III do Simples Nacional.		



Assunto	Responsabilidade aos sócios por dívida tributária		
Projeto de Lei	PLP Nº 78/2011	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=512596
Autor (es)	Dep. Laercio Oliveira - PR/SE	Relator	Dep. Alfredo Kaefer - PSDB/PR - CFT
Conteúdo	Trata da extensão da responsabilidade aos sócios por dívidas de natureza tributária contraídas por empresas, particularmente nas sociedades limitada, a qual pesa sobretudo sobre sócios minoritários, não raro acionados pelo Fisco, sem que tenham qualquer participação na gerencia das atividades empresariais da sociedade da qual participa.		
Situação	Pronta para Pauta na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).		
Data do último andamento	27/03/2017		
Último andamento	Devolvido ao Relator, Dep. Alfredo Kaefer - PSL/PR, para atualizar a legislação orçamentária.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar proposta de alteração do Código Tributário Nacional para prever que o Fisco terá que comprovar o dolo para incluir sócios e gerentes na cobrança dos tributos inadimplentes.		



Assunto	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Transporte		
Projeto de Lei	PLS Nº 170/2012	Link	http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/105706
Autor (es)	Senador Ricardo Ferraço - PSDB/ES	Relator	Senador José Pimentel - PT/CE
Conteúdo	Regula a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais relacionados ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação serão concedidos e revogados.		
Situação	Aguardando inclusão Ordem do Dia.		
Data do último andamento	16/11/2016		
Último andamento	Encaminhado à publicação o Requerimento nº 825, de 2016, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando, na forma do disposto no art. 258 do RISF, que o PLS 150/2005 tramite em conjunto com os PLS 210/2012. O Requerimento nº 825, de 2016, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.		
Objetivo	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input checked="" type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Propor emenda para dispor sobre efeitos do STF considerar inconstitucionais os benefícios fiscais concedidos sem aprovação do Confaz.		



Assunto	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Transporte		
Projeto de Lei	PEC Nº 226/2012	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=226
Autor (es)	Manoel Júnior - PMDB/PB	Relator	Dep. Alceu Moreira - PMDB/RS - CCJC
Conteúdo	Altera a alínea "i" do inciso XII do § 2º do art. 155, da Constituição Federal, referente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, para vedar a inclusão do imposto na sua própria base de cálculo.		
Situação	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).		
Data do último andamento	10/02/2015		
Último andamento	Desarquivada nos termos do Artigo nº 105 do Regulamento Interno da Câmara dos Deputados, por solicitação do autor.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	A medida irá favorecer as operações mercantis, pois veda a inclusão dos valores do ICMS sobre a sua própria base de cálculo.		



Assunto	Incentivos Fiscais para Programas de Desenvolvimento Regional		
Projeto de Lei	PLS Nº 40/2014	Link	http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/116193
Autor (es)	Senador Jorge Afonso Argello - DF	Relator	Senador Antonio Carlos Valadares - PSB/SE - CDR
Conteúdo	Estabelece normas para a concessão de incentivos fiscais e fiscal-financeiros e de benefícios fiscais no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para aplicação nos Programas de Desenvolvimento Regional.		
Situação	Aguardando designação do relator na CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)		
Data do último andamento	06/02/2018		
Último andamento	Aguardando designação do Relator, pois, foi devolvido pelo Senador Antônio Carlos Valadares para redistribuição, por deixar de compor esta Comissão.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Acompanhar evolução e aprovar remissão dos débitos fiscais.		



Assunto	Substituição Tributária - Simplificação		
Projeto de Lei	PLP Nº 402/2014	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=618199
Autor (es)	Dep. Guilherme Campos - PSD/SP	Relator	Dep. Domingos Neto - PSD/CE - CCJC
Conteúdo	Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para excluir do regime de substituição tributária os contribuintes que empreguem escrituração contábil e fiscal eletrônica.		
Situação	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e de Cidadania (CCJC)		
Data do último andamento	03/04/2018		
Último andamento	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Domingos Neto - PSD/CE, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2018)		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Projeto de lei bastante relevante para o Setor tendo em vista a simplificação do sistema de tributação estadual.		



Assunto	IOF entre Controladoras e Controladas		
Projeto de Lei	PL Nº 7.095/2014	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=605829
Autor (es)	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Relator	Dep. Nelson Marchezan Junior - PSDB/RS - CFT
Conteúdo	Acrescenta o § 4º ao art. 13 da Lei nº 9.779, de 19/01/1999, para estabelecer que não está sujeita à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF a circulação de recursos financeiros em operações de conta corrente entre empresas controladoras e controladas, realizadas sem definição do valor do principal e sem cobrança de juros.		
Situação	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).		
Data do último andamento	13/06/2018		
Último andamento	Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - (5 sessões a partir de 14/06/2018)		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	A não incidência do IOF sobre a circulação de recursos entre coligadas favorece as movimentações bancárias entre as empresas. Essas operações não podem ser equiparadas, de forma automática, a operações de mútuo.		



Assunto	Isenção de IPI para Representantes Comerciais		
Projeto de Lei	PL Nº 5.364/2016	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085444
Autor (es)	Dep. Tenente Lúcio - PSB/MG	Relator	Dep. Rodrigo Martins - PSB/PI - CFT
Conteúdo	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos alocados à representação comercial, na forma como dispõe.		
Situação	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)		
Data do último andamento	14/06/2018		
Último andamento	Face a estas considerações, voto pela Incompatibilidade e Inadequação Orçamentária e Financeira		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar a isenção do IPI para representantes comerciais.		



Assunto	Execução Fiscal - Construção Administrativa		
Projeto de Lei	PL Nº 2.412/2007	Link	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2412
Autor (es)	Dep. Regis de Oliveira PSC/SP	Relator	Dep. Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP
Conteúdo	Dispõe sobre a execução administrativa da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas respectivas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências.		
Situação	Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada ao Projeto de Lei nº 2.412/2007		
Data do último andamento	21/03/2018		
Último andamento	Aprovada a desapensação do Projeto de Lei n. 5.082/2009 deste Projeto de Lei n. 2.412/2007 porque tratam de temas independentes entre si.		
Objetivo	<input type="checkbox"/> Aprovar <input checked="" type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Rejeitar o PL, pois sua aprovação acarretará na possibilidade de penhora de bens ainda na esfera administrativa, além de deixar o controle do processo centralizado na Fazenda.		



Assunto	PEC da Simplificação Tributária		
Projeto de Lei	PEC Nº 57/2016	Link	http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127414
Autor (es)	Comissão - Comissão Diretora	Relator	Senador José Maranhão - PMDB/PB
Conteúdo	Prevê a simplificação do tratamento dos pequenos municípios, conceituados em LC; Fixação de parâmetros estruturados em LC para conferir maior operacionalidade aos princípios que regem a Adm. Pública; Remeter à LC normas gerais do Processo Administrativo Fiscal, Substituição Tributária, Eficiência Tributária, Moralidade Tributária e Confisco; Instituição do Estatuto de Defesa dos Contribuintes; Incorporação das normas tributárias ao CTN; Introdução da regra da anterioridade plena, pela qual um tributo só pode ser cobrado em um exercício se instituído ou majorado até junho do exercício anterior. Revoga a necessidade de comprovação de regularidade perante a seguridade social para fins de contratação com o Poder Público. Confere caráter constitucional à exigência de diferenciação para ME e EPP no âmbito de normas gerais aplicáveis às demais empresas.		
Situação	Pronto para deliberação do plenário.		
Data do último andamento	23/02/2017		
Último andamento	A matéria constará da Ordem do Dia oportunamente, para votação em primeiro turno.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input checked="" type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar, tendo em vista que as medidas propostas estão em sintonia com o propósito da simplificação tributária.		



Assunto	Reforma do Código Tributário Nacional		
Projeto de Lei	PLC nº 406/2016	Link	http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127405
Autor (es)	Comissão - Comissão Diretora	Relator	Senador Ronaldo Caiado DEM/GO
Conteúdo	Objetiva alteração do CTN visando a simplificação e a racionalização do sistema tributário. (i) Veda a exigência, no mesmo exercício, de obrigação acessória instituída ou ampliada após 30 de junho de cada ano; estabelecendo sanção, a obrigação deverá ser instituída por lei; (ii) Estabelece critérios para a imputação de responsabilidade aos sócios de pessoa jurídica após sua dissolução irregular; (iii) Prevê que os valores das restituições sejam corrigidos com os mesmos índices de atualização aplicáveis à Fazenda Pública; (iv) Possibilita a compensação de créditos tributários com qualquer débito vencido ou vincendo do respectivo ente federativo (Ex. INSS), proíbe a criação de exigências que restrinjam o direito de compensar e, ainda, permite a compensação de títulos públicos e precatórios, inclusive os adquiridos de terceiros; (v) Concede caráter meramente informativo à Certidão Negativa de Débitos Tributários; (vi) Estabelece prazo máximo de 365 dias para análise de processo administrativo tributário; (vii) Prevê a consolidação da legislação relativa à cada tributo; (viii) Prevê a adoção de um cadastro único no CNPJ para todos os entes federativos, vedando a inscrição em qualquer outro cadastro.		
Situação	Aguardando designação do relator.		
Data do último andamento	29/03/2017		
Último andamento	Matéria aguardando distribuição para um relator.		
Objetivo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Propor emenda		
Posição da Entidade	Aprovar, pois está de acordo com as normas de simplificação do sistema tributário e ampliação da segurança jurídica. Prioriza a isonomia entre os contribuintes e a Fazenda Pública.		